

INTRODUÇÃO

NAÇÃO E IDENTIDADES

Eneida Leal Cunha*

Este número do **Caderno CRH** reúne, em seu Dossiê, ensaios sobre um tema apenas parcialmente estimulado pelas “comemorações dos 500 anos do Brasil”. Para além da circunstancialidade histórica brasileira, a Nação, o Estado Nacional e as figurações ou reconfigurações identitárias produzidas nesse âmbito ocupam, paradoxalmente, lugar de destaque nos investimentos analíticos contemporâneos.

Nos cenários econômico, político e cultural de nossos dias, a visibilidade ou os efeitos do que está convencionado designar como ‘globalização’ – as forças de homogeneização e o valor emergente da heterogeneidade e da diferença – confrontam-se com tudo aquilo que parecia próprio e indispensável ao Estado Nacional moderno: a continuidade territorial e a nitidez das suas fronteiras; as imagens compartilhadas de origem e destino, que configuram a Nação como projeto social coletivo; a língua comum e a força de coesão de uma “etnicidade fictícia”, produzida, distribuída e impressa no corpo social que deve perceber-se como nacional. Nesse contexto, mais plausíveis do que se imaginar o “fim da história”, seriam as cogitações acerca de uma condição terminal dos estados nacionais ou da forma Nação, como racionalidade política e como ordem social.

* Doutora em Letras pela PUC-RJ. Pesquisadora Associada ao CRH/UFBA (1997/2000). Professora Titular de Literatura Brasileira da UFBA.

Entretanto, nos trabalhos reunidos neste volume, podem ser lidas, por um lado, evidências de que a fragilização das economias nacionais, o trânsito intenso dos capitais, os fluxos migratórios ou a abrangência planetária das redes de comunicação e informação, que contribuem para a ‘condição de transnacionalidade’ contemporânea, podem ser e vêm sendo apropriados por discursos e instâncias das nacionalidades instituídas com vigor e eficácia, de modo a produzir as reconfigurações atuais da Nação e das formas de vivência do pertencimento nacional, tal como expõem e analisam Nina Glick Schiller, em relação ao Haiti ou aos haitianos que emigraram para os Estados Unidos, e Bela Feldman-Bianco¹, que examina as “re-imaginações” da Nação, articuladas a diferenciados deslocamentos de população entre Portugal, Brasil e Estados Unidos.

Por outro lado, os textos desta coletânea que abordam o Brasil ou têm como referência a Nação brasileira privilegiam a emergência de produções culturais e demandas identitárias que interpelam de dentro, em diversos níveis e lugares discursivos, a narrativa da nacionalidade instituída. Contra a pedagogia da homogênea comunidade imaginada e, principalmente, contra a propalada convivência harmoniosa da diversidade étnica ou das diferenças culturais que seriam peculiares ao Brasil, insurgem-se as vozes afro-descendentes e as releituras da história e da cultura nacional empreendidas pelas mulheres que predominantemente assinam os investimentos analíticos da Nação – desconstrutores ou interpeladores –, aqui reunidos.

Em todos os ângulos em que a Nação foi contemplada nos ensaios, a partir de objetos e campos disciplinares diferenciados, expõem-se perspectivas marcantes do saber produzido na contemporaneidade: a efetividade do imaginário, a potência instituinte das cons-

¹ Bela Feldman-Bianco é coordenadora do Projeto Integrado PRONEX/FINEP *Identidades: reconfigurações de cultura e política*, sediado no Centro de Estudos de Migrações Internacionais - CEMI, da UNICAMP, e nele responsável pela linha de pesquisa ‘Nação e diáspora’, da qual participa, como pesquisadora associada, a antropóloga Nina Glick Schiller.

truções discursivas, a articulação entre continuidades e descontinuidades, o jogo entre repetição e diferenças, a não hierarquização dos discursos ou dos produtos culturais e, em especial, uma perspectiva teórico-crítica sobre as identidades, sejam elas nacionais ou ‘minoritárias’, que recusa concebê-las como estáveis, íntegras ou unívocas.

Ao focalizarem-se as articulações entre Nação, gênero e etnicidade, seja a partir do imaginário instituinte e das narrativas hegemônicas da nacionalidade, como Ângela Arruda em “Representações das mulheres no imaginário brasileiro: da colonização ao surgimento da nação”, seja a partir da dissonância cultural ou literária da poesia publicada nos *Cadernos Negros*, como Florentina Souza em “Identidades afro-brasileiras: contas e rosários”, produzem-se simultaneamente a apreciação intelectual e disciplinar de um tópico, a enunciação de uma posicionalidade e uma interpelação política contundente à “brasilidade” que se comemora no último ano do século XX, alicerçada no silenciamento e na exclusão social da imensa maioria dos brasileiros, estruturada por formas múltiplas de dominação que primam, há cinco séculos, pela sua violência efetiva e eficaz, reiteradamente reproduzida no plano simbólico.

Em sociedade tão fortemente hierarquizada como a nossa, preferir a proeminência das formas culturais eruditas – e elitistas –, que puseram em circulação as mais persistentes e excludentes representações da nacionalidade, deslocando o foco, por exemplo, do cânone da literatura nacional ou das versões autorizadas do país, oriundas das ciências sociais e humanas, para contemplar as narrativas do Brasil que são produzidas pela cultura popular e distribuídas pelos meios massivos é, também, um gesto político necessário. Neste *Caderno*, o trabalho de Liv Sovik sobre o *rap* brasileiro o faz, enfrentando analiticamente, por exigência dos meios de veiculação do seu objeto de estudo, as incontornáveis negociações entre demandas identitárias, conquista de cidadania e mercado cultural.

“Nem samba nem rumba”, de Eneida Maria de Souza, por um lado, poderia integrar o bloco anterior de trabalhos, vez que igualmente se detém em um fenômeno cultural massivo, embora menos recente: a consagração de Carmem Miranda, através do cinema hollywoodiano e da radiodifusão nacional, como símbolo da “latinidade americana”, em cujo corpo e voz se inscreviam Brasil e América Hispânica. Ao retomar esse estereótipo significativo, produzido no contexto da “política da boa vizinhança”, a autora empreende uma sucinta mas acurada análise de vertentes e impasses da reflexão sobre identidades, dependência cultural, autenticidade e integridade das culturas nacionais ditas periféricas, bem como de suas ambíguas ou oscilantes relações com os centros de determinação política e cultural.

Essa vocação mais reflexiva sobre a problemática identitária repete-se no trabalho de Eduardo Leal Cunha, que neste volume integra a sessão FONTES e traz a este concerto de vozes multidisciplinares uma oportuna advertência. Ao buscar na obra de Sigmund Freud uma precisão conceitual para o termo ‘identidade’, na teoria psicanalítica, conclui pela sua inexistência, ou melhor, constata nos escritos o seu uso freqüente mas não estável ou preciso – uma significativa sintonia com os demais autores desses ensaios, quando expõem em suas análises os processos de hibridização, multivocidade, negociação estratégica e circunstancialidade política que produzem as representações e afiliações identitárias. Entretanto, da incidência do termo nos escritos de Freud extrai-se que, ao falarmos sobre identidade ou ao reivindicar-se a diferença identitária, estão sempre implicadas demandas de reconhecimento e de singularidade. Para a problemática da Nação, tal como se delineia em nossa contemporaneidade e nos textos aqui reunidos, é de extrema relevância considerar-se, seguindo as pistas de Freud, que o reconhecimento de uma identidade – a possibilidade de ser acolhido ou perceber-se como igual – e, simultaneamente, a possibilidade de se afirmar a própria diferença ou singularidade exigem a possibilidade de falar e ser escutado.

* * *

O fato de o Dossiê publicado neste número do **Caderno do CRH** ter sido organizado por uma profissional formada na área de Letras é, obviamente, um parâmetro incontornável da escolha das colaborações ou das focalizações aqui – no volume e nesta apresentação – privilegiadas, nas quais tem intenso relevo a dimensão cultural dos temas Nação e identidades. Mas essa não é uma determinante exclusiva. Na volumosa produção contemporânea sobre a problemática atual e histórica do Estado Nação, destacam-se os investimentos analíticos e interpretativos da produção das representações de nacionalidade. Neles (e não só no Brasil), têm sempre eco a “comunidade imaginada”, proposta por Benedict Anderson² em uma das mais reincentes referências bibliográficas atuais para a investigação do tema. A contribuição de Anderson desloca a “nação e a consciência nacional” do campo das ideologias políticas, onde por um bom tempo estiveram confinadas, para aproximá-las dos grandes sistemas culturais anteriores à modernidade, como as comunidades religiosas e os reinos dinásticos, a partir dos quais e contra os quais a Nação moderna pôde existir.

A eleição de Anderson neste momento, entretanto, deve-se menos a uma satisfação plena, nossa, com as suas postulações sobre a Nação como “artefato cultural”, do que à inquietante fertilidade desse resgate dos “antecedentes” ou das condições de possibilidade de constituição dos Estados Nação modernos, para abordarmos o que pode ser considerado um inestimável e exemplar campo de observação e de sistematização do conhecimento crítico sobre a Nação brasileira: as comemorações recentes dos “V Séculos do Descobrimento

² Anderson, B. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres: Verso, 1983. p. 6. (“Nação e consciência nacional” é a sintomática tradução brasileira para um título em inglês que diz “Comunidades Imaginadas; reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo”).

do Brasil”, conforme o discurso oficial do Governo brasileiro, ou dos “500 anos do Brasil”, de acordo com a domesticação ou familiarização do fato empreendida pela mídia nacional, que aludiu freqüentemente – e impropriamente – ao “aniversário” do país.

Para estabelecer uma conexão produtiva entre o tema do Dossiê e as circunstâncias comemorativas, faz-se necessário lembrar que, em primeiro lugar, se, por um lado, nas últimas décadas, produziu-se um volume significativo e sofisticado de reflexões sobre a Nação, como construção discursiva, comunidade imaginada ou etnicidade fictícia, aspectos para os quais a consideração da modelagem das antigas comunidades sagradas é certamente providencial; por outro, a Nação, o agrupamento humano que, de alguma forma, é levado a experimentar o sentimento de integrar uma mesma comunidade, num território demarcado, o faz, de fato, sob a égide do Estado Nacional, que detém o privilégio do monopólio do uso legítimo da força dentro desse mesmo território, como aprendemos com Max Weber, e submete os habitantes a seu governo através de estratégias reiteradas de controle, regulamentação, homogeneização e, especialmente, estratégias de inclusão e exclusão.

Em segundo lugar, no que se refere especialmente à Nação brasileira, deve-se atentar à evidência histórica de que, entre nós, não são apenas as imagens instituintes da nação que têm origem nos discursos coloniais e escravistas que nos formaram, conforme analisa o competente ensaio de Ângela Arruda, neste volume; da história colonial preservaram-se também a exclusividade de um só, e mesmo restrito, lugar de fala e, principalmente, o recurso abusivo e reiterado à violência como instrumento de manutenção do domínio de uns sobre outros, de poucos sobre muitos, de conquistadores sobre conquistados, do Estado, para com todas as formas de insurreição ou insubordinação de segmentos da sociedade. Ou seja, um exercício do poder que está muito mais distante do contrato social que funda o Estado moderno

ocidental do que da autoridade auto-legitimada e absoluta dos estados dinásticos.

Entretanto, na concepção de “cultura nacional” apresentada pelas Diretrizes governamentais das comemorações do V Centenário, pode-se ler a utilidade da apropriação da versão do país proposta – em outras e diferenciadas circunstâncias históricas e políticas – por Gilberto Freyre:

Deverá ser considerado que a cultura brasileira demonstra (...) essa pluralidade que se manifesta *antes pela agregação que pela segregação e conflito*. Como resultado desse caldeamento de etnias e culturas, o Brasil se apresenta hoje como uma inédita experiência de civilização tropical, com traços próprios e singulares.³ (Grifo nosso)

Nos discursos e eventos das “comemorações oficiais” dos 500 anos, expôs-se o vigor das excludentes narrativas da nacionalidade produzidas pela literatura do século XIX, apropriadas e repetidas, pedagogicamente, pelos canais (não seria impropriedade dizer-se “aparelhos”) do Estado brasileiro, as quais podem ser sinteticamente resumidas em dois eixos: a reafirmação da harmoniosa diversidade cultural ou da sempre bem hierarquizada tríade racial que compõe a nacionalidade; e a reiteração da juventude do país aos 500 anos, que autoriza a permanente promessa de superação, no futuro, na maturidade ou no porvir, das deficiências, desigualdades, separações e discriminações que, de fato e historicamente, separam o que a narrativa da nacionalidade deve reunir, produzindo aquele efeito de unidade necessário à Nação – “o povo brasileiro”.

Apesar da forte impregnação da tradição letrada nos discursos e imagens da nacionalidade instituída, o literário já não é, há muito, o lugar principal de reprodução e distribuição da nacionalidade, em que pese o seu relevo no sistema nacional de educação – embora sejam entre nós escassas as oportunidades de atingir-se, na escola, o nível de

³ Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil. *Regulamento e Diretrizes*. Brasília, 1997. p.10.

aprendizagem necessário à leitura de um texto literário canônico. A literatura circula na escola sim, mas na condição apontada por Etienne Balibar em *A forma nação, história e ideologia*:

... quanto mais as sociedades (burguesas) são escolarizadas, mais as diferenças de competência lingüística (logo, literária, “cultural”, tecnológica) funcionam como diferenças de casta, assinalando os indivíduos para “destinos sociais” diversos.⁴

Desde a bibliografia mais clássica sobre o Estado Nação que se firmou a compreensão do seu nexos com o desenvolvimento não só das técnicas de impressão, mas da própria imprensa. Essa é a origem histórica (Anderson, 1983; Balibar, 1991) ou o segundo lugar de fabricação do pertencimento à nacionalidade, como Gellner afirma: o “homem nacional (...) requer uma fábrica especializada. O nome dessa fábrica é um sistema nacional de educação e de comunicações. Seu único guarda protetor é o estado.”⁵ Já nos anos 30, o Estado Nacional brasileiro conquistava a eficácia da sua aparelhagem de comunicação, de modo a atingir um espectro cada vez mais amplo da sociedade. O governo Getúlio Vargas multiplicou e sedimentou o sistema de rádio no Brasil – como o principal veículo de propagação, pelo Estado, de uma nacionalidade frontalmente oposta às complexas e críticas versões do país que, a partir de 1930, começaram a ser produzidas pelo modernismo literário. Ao sistema de radiodifusão, criado por um governo totalitário, somou-se, anos mais tarde, o sistema nacional de difusão televisiva, fruto do investimento planejado e vultoso em telecomunicações feito, a partir do final da década de 60, por outro, e longo, período de totalitarismo, pelos governos militares, como item forte da integração nacional. Foram pensados ambos como estratégia

⁴ BALIBAR, Etienne. The nation form: history and ideology. In BALIBAR, E., WALLENSTEIN, E. *Race, nation, class: ambiguous identities*. London: Verso, 1991. p. 103.

⁵ GELLNER. *Nation and nationalism*. Oxford: Blackwell, 1983. *Apud* GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos; o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 10.

de controle de um Estado respaldado por uma comunidade cívica e uma consensualidade política produzidas à força.

As comemorações dos 500 anos investiram com vigor nos diversos veículos midiáticos,⁶ para a distribuição revigorada, em alguns aspectos revista, da nacionalidade, e obteve resultados que certamente não estavam previstos nem são compatíveis com os discursos dominantes nas celebrações. Contradizendo os sujeitos principais dos enunciados celebrativos, a imensa quantidade de imagens, falas e eventos em prol da nacionalidade instituída terminaram por estimular, no Brasil, uma retardada e peculiar versão do “plebiscito diário” requerido por Renan, para a indispensável explicitação da “vontade de nacionalidade”.⁷

A abertura de espaços na mídia, promovida pelas comemorações, para a audição de outras vozes que não as consagradas para falar diversidade de vivências que coabitam o território nacional e, ao mesmo tempo, são exteriores à Nação brasileira, reiterou a questão inadiável, para a própria Nação instituída e para aqueles que desejem abordá-la analiticamente ou refazê-la politicamente na contemporaneidade. A partir do momento em que – por circunstâncias várias, não só as atuais e comemorativas aqui em foco –, as vozes internas silenciadas alcançam os veículos de divulgação com maior ressonância e adquirem alguma audição ou, dito de modo mais completo, os seus sujeitos conquistam o poder de contrapor às representações de si instituídas pelas narrativas da “comunidade imaginada” as suas próprias

⁶ A partir de julho de 1997, o *Projeto Reconfigurações do imaginário e reconstruções de identidades: produções simbólicas e relações político-culturais contemporâneas que (re)articulam Brasil e Portugal, sob minha coordenação e integrante do PRONEX/FINEP Identidades, reconfigurações de cultura e política*, fez o acompanhamento das repercussões das comemorações na imprensa brasileira e portuguesa. Foram colecionadas e avaliadas as matérias jornalísticas que abordassem não apenas os eventos comemorativos e seus desdobramentos, mas a incidência, nos veículos midiáticos, de um elenco de questões articuladas à problemática contemporânea dos Estados Nação e da “identidade nacional”.

⁷ “A existência de uma nação é, se me perdoarem a metáfora, um plebiscito diário” – esta é a célebre frase de Renan em “Qu'est ce qu'une nation?”, *apud* Bhabha (1998), Anderson (1983) e Gellner (1991).

produções de imagens identitárias e as suas demandas culturais, políticas e vivenciais, o resultado de operações primordiais da construção da comunidade nacional – o compartilhamento de um tempo único e plano, o tempo da Nação (Anderson, 1983), e a nacionalização dos indivíduos, operação mais visível e duradoura, no sentido de inacabável, que se faz-se por eleição e, seu corolário, por exclusão (Balibar, 1991) – estão irremediavelmente rasuradas.

Firmar a continuidade espacial, projetá-la no tempo como uma continuidade imemorial e “produzir o povo” ou produzir a “etnicidade fictícia” são as operações discursivas básicas, que podem prover o efeito de unidade ou de homogeneidade indispensáveis à Nação. Sabemos por demais a esta altura o lugar (ou o não lugar) da enorme população africana ou afro-descendente, escrava ou já liberta, nas narrativas instituintes da nacionalidade brasileira, desde o século XIX. Quanto mais tendente à fundação mítica for a narrativa, mais ausente o negro; quando mais investida na reprodução do cotidiano social, mais expostos os estereótipos que fixam a sua subalternidade, a sua periculosidade ou até, como muito se escreveu ao final daquele século, sobre os efeitos de degradação e degenerescência que decorrem da sua intimidade no cotidiano familiar escravista.⁸

Em diálogo tenso, às vezes abertamente conflituoso, com os potentes lugares de enunciação das comemorações, entre 1999 e 2000, foi crescente o número de acontecimentos pontuais, promovidos pelos segmentos da sociedade brasileira exteriorizados da cobertura simbólica e efetiva da Nação, destacando-se entre eles a mobilização que abrigou sob o rótulo “Brasil, outros 500” grupos sociais organizados, especialmente oriundos do que, de forma genérica, se denomina como “movimento negro” e “movimento das mulheres”, ou ainda,

⁸ Exemplares nesse sentido são narrativas pouco lembradas hoje, como *O demônio familiar*, drama de José de Alencar (1859) ou *As vítimas-algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo (1869, reeditada já em 1873). Mais conhecidos nossos são os estereótipos da negritude - e da mestiçagem - produzidos nas últimas décadas do século XIX, como *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo (1890).

a recepção negativa e as reações sistemáticas dos Pataxó, que ocorreram na região de Porto Seguro, endereço central da espetacularização das comemorações.

* * *

Os trabalhos de Florentina Souza e Liv Sovik integrantes deste volume, não exploram diretamente ocorrências relacionadas aos ‘500 anos’. Contudo, ao abordarem analiticamente as estratégias e embates contemporâneos para a afirmação das imagens identitárias da afro-descendência e os obstáculos para a conquista da cidadania, não são alheios à problemática posta em relevo pelas celebrações da nacionalidade, como reincidência de uma versão do país que se quis constituir como adversa ou falaciosamente diluidora das profundas segmentações culturais e raciais internas, sobredeterminadas pelas desigualdades social e econômica e como emergência de contra-discursos que pleiteiam ou mesmo exigem figurações outras para o corpo e o tempo da Nação. Os “Outros 500” não se referem apenas à construção de um futuro diferenciado do presente, exigem igualmente que a história ou a memória nacional seja revista e reescrita, como demonstraram de forma extraordinariamente clara os inúmeros calendários e agendas distribuídos pelo movimento nas passagens dos anos de 1998, 1999 e 2000. Neles, os espaços destinados ao planejamento dos dias seguintes resgatam e relembram personagens, fatos e principalmente lutas da história da diáspora negra no Brasil, propondo uma outra articulação entre passado, presente e futuro.

Estão, entretanto, lamentavelmente ausentes desse conjunto de textos, que exploram múltiplos enfoques a partir dos quais a Nação pode ser avaliada em nossos dias, aqueles que providencialmente foram sempre considerados pelas narrativas brasileiras como “ancestrais” da nacionalidade, os povos indígenas em sua difícil e dolorosa contemporaneidade. No cenário das comemorações, em contraparti-

da, eles tiveram uma visibilidade capaz, pelo menos, de transtornar as imagens e narrativas que os plasmaram na condição de “nossos antepassados”.

Como um exemplo outro do abalo da temporalidade nacional, quando se tem como matéria de observação o que ocorreu na mídia brasileira nos dois últimos anos, como efeito das comemorações, está nas vozes representativas dos índios que chegaram aos noticiários com uma assiduidade antes inexistente, confrontando o país em comemoração dos seus V Séculos com a efetividade do presente indígena, daqueles que as narrativas tanto literárias quanto historiográficas haviam já transformado em algo apenas ‘memorável’.

Além da emergência da enunciação e das reivindicações indígenas, foram assiduamente distribuídos pela mídia impressa e televisiva, entre muitos outros assuntos análogos, o dilema da demarcação e da luta pela preservação de terras em vários pontos do território nacional; a esterilização das mulheres, a exemplo das pataxó, no sul da Bahia; os protestos contra os cortes no orçamento da FUNAI; o comércio ilegal de madeiras – câmbio entre o santuário ecológico (que se pretende que as áreas indígenas preservem) e as suas necessidades de sobrevivência; o alcoolismo e os suicídios coletivos, diante dos quais a sociedade letrada brasileira que frequenta os jornais reage com a surpresa própria da má consciência. Matérias como essas fizeram emergir, no presente nacional, sujeitos e coletividades indígenas que as narrativas da “comunidade imaginada” haviam condenado à existência pretérita. É certo que tais fatos não estiveram absolutamente ausentes do noticiário antes de instalar-se o clima celebrativo dos “500 anos”, mas, certamente, também esse mesmo noticiário, anos atrás, não era produzido e lido tal como o foi entre 1999 e 2000, quando tudo passou a ser referido, articulado ou confrontado com a própria existência e duração do país. Ou seja, cada acontecimento foi transformado, de pontos de vista diversos, em uma ‘expressão de nacionalidade’.

O que emergiu de modo crescente das comemorações, portanto, não foram apenas as renovadas narrativas pedagógicas de um todo, produzidas a partir da compulsão à unidade, ainda que simbólica, do Estado Nação, mas uma proliferação de acontecimentos pontuais e conflitantes – atos de fala, interpelações culturais, demandas sociais e solidariedades políticas – através dos quais assomaram temporalidades e vozes outras, transformando o “povo”, o objeto pedagógico do discurso nacional, em uma pluralidade de sujeitos de atos performativos que confrontaram ou até mesmo contestaram as narrativas instituídas da nacionalidade (Bhabha, 1998).

A resposta do Estado brasileiro a essa indiscutível, ainda que frágil, democratização de faces e falas da nação brasileira foi por todos assistida em 22 de abril, ápice da programação oficial das comemorações, em Porto Seguro, no rechaço de violência desmedida aos segmentos da população brasileira que se congregaram em torno de uma possível resposta à história e às comemorações oficiais, como parte do movimento auto-intitulado “outros 500”.

A agressão policial ao que ficou em nossa memória apenas como “a marcha indígena em Coroa Vermelha”, além de ter causado a vitimação física e a consternadora humilhação de indivíduos adultos – que todos nós presenciamos nas telas das televisões –, indivíduos súbita e violentamente reconduzidos à *persona ficta* que lhes reservou a Nação brasileira, como seres ingênuos e derrotados; além de os ter reiterado na sua condição de “índios”, o que equivale a dizer, de radical anterioridade, teve também o poder de pôr evidência, aos olhos de muitos, não só o proselitismo oficial acerca dos 500 anos do Brasil e a disposição do Estado brasileiro de reencenar a violência instituinte e preservar a integridade do seu domínio sobre a diversa sociedade nacional.

A sociedade nacional brasileira defende-se da presença – ou do presente indígena – reencenando, sempre que possível, as visões an-

cestrais dadas desde Pero Vaz de Caminha. Atém-se, assim, à efetividade imaginária que mantém o índio, essa palavra mágica, mítica, vazia de corpo, necessidades e voz, especialmente vazia de futuro, no exterior do tempo atual e num espaço exótico. O Estado brasileiro, por sua vez, ao ter interditado o comparecimento da representação indígena à festa do V Centenário do Descobrimento, trabalhou em consonância com todas as sucessivas, intermináveis ações político-governamentais que preterem ou vitimam as populações indígenas atuais, sobreviventes a 500 anos de práticas diferenciadas de destruição. Dessa forma, trabalhava também pela preservação do vigor das construções do tempo e do corpo da nacionalidade plasmada.

* * *

Nação, nacionalidade e Estado Nacional são questões presentes ou do presente – este é o pressuposto principal que organizou este dossiê. É um tema premente ou, talvez melhor, trata-se de uma temática que avulta na contemporaneidade em condição paradoxal, justamente pela sua 'iminência', no sentido de algo que emerge em condições de instabilidade e conflito, alterando configurações e representações instituídas. Nesse sentido, é sintomático que boa parte das análises que se fazem, nas últimas décadas, sobre os modos de produção e reprodução do pertencimento, mesmo quando têm o foco dirigido para processos de subjetivação menos universalizados, menos abrangentes, contemplam as articulações entre, por exemplo, gênero e nacionalidade, etnias, raça e nacionalidades, como o fizeram muitos dos autores e autoras aqui reunidos. De outro ponto de vista, aqui presente e igualmente relevante no cenário atual, a análise e a avaliação do trânsito e do hibridismo das questões identitárias resultantes das vivências transnacionalizadas, das fronteiras ou das margens, não se fazem sem o reexame da formação dos Estados nacionais, como construções da história e da cultura moderna, como está exposto nos

dois trabalhos que investigam migrações internacionais atuais e seu poder de “re-imaginar” a nação. Acima de tudo, gostaríamos de acrescentar que a apreciação crítica da problemática identitária contemporânea não se faz com eficácia sem, por um lado, a desconstrução do sistema de dicotomias que rege os princípios de hierarquização, de exclusão e de desqualificação que produziram a idéia moderna de Nação. Por outro lado, mais urgente, sem que se aborde frontalmente o racismo inerente às construções e práticas das nacionalidades (Foucault, 1999; Balibar, 1991). Que outra palavra haveria para designar o quadro de exclusão descrito acima?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. **Imagined communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. London: Verso, 1983.
- BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Race, nation, class**: ambiguous identities. London: Verso, 1991.
- BHABHA, Homi (edited by). **Nation and narration**. London/New York: Routledge, 1993.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- GELLNER, Ernest. **Nation and nationalism**. Oxford: Blackwell, 1983.
- GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- RENAN, Ernest. O que é uma nação?. In: ROUANET, Maria Helena. **Nacionalismo em questão**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.